

Exma. Senhora  
Dr.<sup>a</sup> Marina Gonçalves  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário  
de Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

---

SUA REFERÊNCIA  
Ofício n.º 3761

SUA COMUNICAÇÃO DE  
29-10-2018

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

---

**ASSUNTO: Pergunta n.º 470/XIII/4.<sup>a</sup>, de 29 de outubro de 2018, PSD  
Minas de urânio em Espanha junto da fronteira portuguesa**

Em resposta à Pergunta n.º 470/XIII/4.<sup>a</sup>, de 29 de outubro de 2018, formulada pela Senhora Deputada Ângela Guerra e pelo Senhor Deputado Carlos Peixote do Grupo Parlamentar Partido Social Democrata (PSD), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética de transmitir o seguinte:

1. Já foi oficialmente comunicada ao Governo português a situação do processo em Alameda Gardón, Salamanca?

Em agosto de 2015, Espanha remeteu a Portugal documentação sobre o projeto, solicitando indicação se Portugal pretendia participar no respetivo procedimento de Avaliação Impacte Ambiental (AIA). Portugal respondeu afirmativamente, solicitando que lhe fosse remetida a informação necessária para o efeito, conforme estipulado no ponto 10 do Protocolo de Atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços (designadamente, documentos sobre os impactes do projeto em território nacional, em língua portuguesa), doravante designado por Protocolo de Atuação.

A 20 de fevereiro de 2018, não tendo havido desenvolvimentos, foi solicitado novo ponto de situação a Espanha. Foi ainda requerida a indicação de uma data expetável para o envio de toda a documentação solicitada, por forma a habilitar a pronúncia do estado Português, nos termos previstos no Protocolo de Atuação.

Através de nota verbal, a 3 de maio do presente ano, Espanha informou que, até à data, não tinha recebido o estudo de impacte ambiental do projeto; contudo, manifestou disponibilidade para a realização de uma reunião bilateral, que veio a realizar-se em 24 de maio, confirmando-se o referido ponto de situação.

Em nova reunião bilateral de 8 de novembro no âmbito do Protocolo de Atuação, Espanha reiterou que, até à data, não havia desenvolvimentos e que honraria o compromisso de consultar a Portugal, caso o Estudo de Impacte Ambiental avançasse ou fosse submetido.





Esta sonda aquática (modelo SARA WATER do fabricante Envinet) pertence a uma nova geração de sondas de monitorização em contínuo, da radiação gama no meio aquático, que para além de medir a taxa de dose, tem capacidade espectroscópica, permitindo identificar os radionuclídeos emissores gama, presentes no rio Douro. Com estas novas sondas é possível detetar concentrações muito baixas de radionuclídeos artificiais na água, permitindo a identificação rápida e eficaz de eventos nucleares ou radiológicos, o que contribui para uma melhoria significativa nas funções de alerta rápido da RADNET.

Estas novas sondas permitem também a deteção de alterações significativas da concentração de radionuclídeos naturais na água.

À semelhança das restantes estações da RADNET, esta comunica diretamente e de forma contínua com a estação central da RADNET, localizada nas instalações centrais da APA.

Os valores encontram-se disponíveis e atualizados a cada 2 horas na página: <https://radnet.apambiente.pt/>.

**5. Já ocorreu a reunião agendada para outubro em Lisboa das Partes do Protocolo de Atuação a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços, de 2008? Em caso afirmativo, que factos relevantes decorreram da mesma?**

Como referido, a 8 de novembro, realizou-se, em Lisboa, a reunião das Partes do Protocolo de Atuação.

As delegações foram chefiadas pelo Diretor-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Diretor-Geral de Coordenação do Mercado Interno e Outras Políticas Comunitárias do Ministério dos Assuntos Exteriores de Espanha. Participaram ainda nesta reunião o Presidente da APA e o Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, pelo lado português, bem como o Diretor-Geral de Biodiversidade e Qualidade Ambiental pelo lado espanhol.

A presente reunião decorreu num ambiente construtivo e aberto, tendo sido revistas, de parte a parte, todas as situações com origem nos dois territórios e com eventuais impactos ambientais transfronteiriços.

Foi possível constatar que existe, atualmente, uma efetiva partilha, em tempo útil, de toda a informação relevante no âmbito da aplicação do Protocolo de Atuação bilateral, cumprindo-se a integralidade dos compromissos assumidos pelas duas partes na anterior reunião, realizada em maio passado, designadamente uma marcada retificação dos procedimentos que anteriormente se haviam revelado insatisfatórios.

Das conclusões da reunião destaca-se o seguinte conjunto de informações e compromissos:

1. A Parte espanhola prestou informação detalhada sobre o ATI de Almaraz e respondeu a todas as perguntas e pedidos apresentados pelas autoridades portuguesas, confirmando-se a existência de



um diálogo permanente e vigilante. Foi reiterado por ambas as partes, neste contexto, a vontade de negociar e assinar, em 2019, um Memorando de Entendimento em matéria de proteção radiológica e de segurança nuclear que facilitará ainda mais o intercâmbio de informação sobre licenciamentos e controlo de instalações nucleares e radioativas;

2. Conforme previsto, e num espírito de grande cooperação e transparência, Espanha apresentou também um minucioso ponto de situação relativo ao complexo mineiro "Retortillo-Santidad". Neste momento, não há qualquer autorização concedida para a exploração das minas e ainda se aguarda a entrega de informação relevante por parte do promotor, como se referiu. Foi assegurado que Portugal estará envolvido, através de notificação e consulta, em todos os passos subsequentes.
3. Sobre a interconexão elétrica do Norte de Portugal com a Galiza, projeto considerado estratégico para os dois países, no quadro mais vasto das Interligações Energéticas, ambas as partes salientaram a necessidade de uma coordenação mais estreita, por forma a coordenar e sincronizar calendários de realização e conclusão dos diferentes troços, nos respetivos lados da fronteira. Para tal, foi convocada uma reunião a nível técnico, a realizar a breve prazo, com todas as partes envolvidas neste importante projeto.
4. As Partes acordaram ainda, que ao abrigo do Protocolo de Atuação, que seriam convocadas reuniões bilaterais com periodicidade semestral ou sempre que as circunstâncias o exijam, devendo manter-se uma comunicação permanente a nível técnico, através das autoridades nacionais ambientais.
5. Foi também acordada a criação de um Grupo de Trabalho técnico que terá como principal objetivo a definição de critérios, para aferir da suscetibilidade da aplicação de avaliação ambiental a projetos com efeitos transfronteiriços. Este Grupo de Trabalho que, pelo lado português, será assegurado pela APA, deverá iniciar a sua atividade em janeiro de 2019.

**6. Vai o Governo abordar a questão de Retortillo-Santidad na Cimeira Luso-Espanhola que decorrerá a 21 de novembro?**

Não foi abordado, tendo em conta que existe, atualmente, uma efetiva partilha, em tempo útil, de toda a informação relevante no âmbito da aplicação do Protocolo de Atuação bilateral, cumprindo-se a integralidade dos compromissos assumidos pelas duas partes e uma marcada retificação dos procedimentos que anteriormente se haviam revelado insatisfatórios.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*  
A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

CG/EA